

APOIO LEGAL À TECNOLOGIA ASSISTIVA: REVISANDO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Andréa da Silva Roque (Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACED/UFAM)
Maria Almerinda de Souza Matos (Orientador)
Email: Andrea.roque@ufam.edu.br

1. INTRODUÇÃO

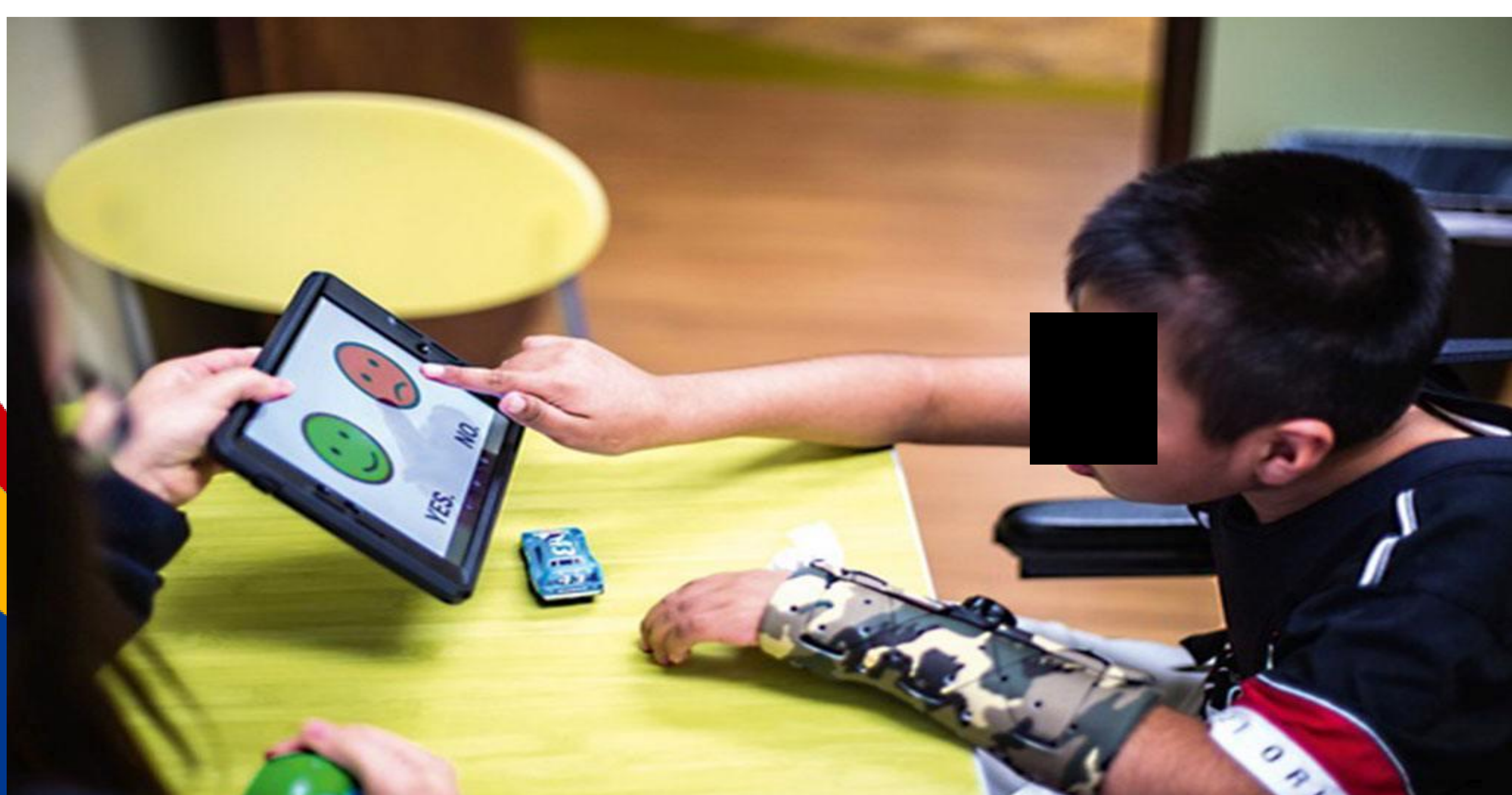
A educação é um direito assegurado a todos os cidadãos brasileiros, e esse princípio se estende as pessoas com deficiência. Nesse contexto, a escola deve ser um espaço inclusivo e democrático, garantindo igualdade de oportunidades educacionais. Contudo, ao considerar as contradições inerentes ao sistema capitalista, a inclusão plena ainda enfrenta desafios. Este trabalho apresenta resultados parciais do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, do curso de Pedagogia, da FACED/UFAM, no qual tem como objetivo identificar os subsídios legais da Tecnologia Assistiva (TA) no Brasil, uma ferramenta vital para promover a inclusão e assegurar o direito à educação para alunos com deficiência, de acordo com a legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e outras normativas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, com foco em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica envolveu a análise de livros, artigos acadêmicos e legislações relevantes, enquanto a pesquisa documental concentrou-se em fontes primárias, como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e a Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Essas fontes fornecem a base legal para a utilização da Tecnologia Assistiva no Brasil, especialmente no contexto educacional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da legislação brasileira evidencia um suporte para a inclusão de alunos com deficiência, com destaque para a Constituição de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Essas normas asseguram não apenas o direito à educação, mas também a provisão de recursos e serviços de Tecnologia Assistiva (TA), essenciais para promover a autonomia e a integração dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.



A Política Nacional de Educação Especial (PNEE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) complementam essa estrutura legal, enfatizando a necessidade de uma infraestrutura adequada e serviços especializados, como o atendimento educacional especializado (AEE). No entanto, os desafios para a implementação efetiva dessas políticas permanecem, especialmente em relação ao financiamento e à formação adequada de professores, o que limita o potencial transformador da TA nas escolas.

4. CONCLUSÃO

A revisão revela que a Tecnologia Assistiva desempenha um papel fundamental no processo de inclusão escolar, proporcionando mais autonomia e promovendo a acessibilidade dos alunos com deficiência. No entanto, para que seu impacto seja maximizado, é essencial que haja maior investimento em formação de professores e infraestrutura adequada, garantindo que os recursos de TA sejam amplamente utilizados e que as normas estabelecidas sejam cumpridas de forma eficaz.

5. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, nov. 2011.
- BRASIL. Congresso Nacional. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Congresso Nacional, 2014.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Plano Nacional de Tecnologia Assistiva – PNTA. Brasília, 2021.
- GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SOUSA, P. G. F. de; JURDIB, P. S.; SILVA, C. C. B. da. O uso da tecnologia assistiva por terapeutas ocupacionais no contexto educacional brasileiro: uma revisão da literatura. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 23, n. 3, p. 625-631, 2015.